OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ/MF nº 24.648.754/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.452	4.988
Contas a receber	4.234	3.727
Impostos a Recuperar	3	–
Adiantamentos a fornecedores	8	5
Despesas antecipadas	532	520
Partes relacionadas	132	107
	8.361	**9.347**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicação financeira restrita	6.078	7.284
Outros créditos	934	934
	7.012	**8.218**
Imobilizado	135.433	139.505
	142.445	**147.723**
Total do ativo	**150.806**	**157.070**

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	1.157	508
Empréstimos e financiamentos	5.999	5.484
Salários e encargos	19	5
IRPJ e CSLL a recolher	382	304
Obrigações tributárias	169	160
Passivos de arrendamento	55	85
Partes relacionadas	11	17
Outras contas a pagar	24	92
Dividendos a pagar	–	300
	7.816	**6.955**
Não circulante		
Passivos de arrendamento	3.667	3.753
Empréstimos e financiamentos	71.696	77.829
	75.363	**81.582**
Total do passivo	**83.179**	**88.537**
Patrimônio líquido		
Capital social	56.477	56.477
Reserva legal	1.917	1.094
Reserva de lucros	9.233	10.962
	67.627	**68.533**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**150.806**	**157.070**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de Janeiro de 2023	56.477	191	2.724	–	59.392
Lucro Líquido	–	–	–	18.066	18.066
Reserva legal	–	903	–	(903)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(4.291)	(4.291)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	(2.724)	–	(2.724)
Dividendos adicionais	–	–	–	(1.909)	(1.909)
Transferência entre reservas	–	–	10.963	(10.963)	–
Em 31 de dezembro de 2023	**56.477**	**1.094**	**10.963**	**–**	**68.534**
Lucro Líquido	–	–	–	16.455	16.456
Reserva legal	–	823	–	(823)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.908)	(3.908)
Dividendos pagos anos anteriores	–	–	(10.963)	–	(10.963)
Dividendos adicionais	–	–	–	(2.491)	(2.492)
Transferência entre reservas	–	–	9.233	(9.233)	–
Em 31 de dezembro de 2024	**56.477**	**1.917**	**9.233**	**–**	**67.627**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações continuadas	2024	2023
Receita líquida	34.567	32.899
Custos de operação	(9.635)	(9.095)
Lucro bruto	24.932	23.804
Despesas gerais e administrativas	(2.193)	(2.387)
Outras Receitas	127	4.992
Lucro operacional	22.866	26.409
Receitas financeiras	1.010	1.200
Despesas financeiras	(5.953)	(6.411)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(4.943)	(5.211)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.923	21.198
Imposto de renda e contribuição social	(1.468)	(3.132)
Lucro do exercício	**16.455**	**18.066**
Lucro por ações do capital	0,29	0,32

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	16.455	18.066
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**16.455**	**18.066**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.923	21.198
Ajustes de		
Juros e variações sobre empréstimos	5.292	4.413
Juros e variações sobre fiança	407	408
Juros e variações sobre arrendamento	195	358
Remensuração arrendamento	–	(195)
Depreciação	5.132	5.047
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(507)	1.385
Impostos a recuperar	(3)	4
Adiantamentos a fornecedores	(12)	(3)
Despesas antecipadas	(3)	(5)
Partes relacionadas	649	(286)
Fornecedores	(156)	231
Salários e encargos	–	13
Obrigações tributárias	(66)	(41)
Outras contas a pagar	(1.242)	(26)
IRPJ e CSLL a recolher	7	(393)
Conta Ressarcimento CCEE	(3)	–
Outras obrigações	(96)	9
	(184)	**(2.545)**
Caixa gerado pelas operações	28.565	26.703
Juros pagos	(5.427)	(1.257)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.257)	(2.427)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.881	23.019
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação Financeira restrita	1.206	(675)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.077)	(439)
Baixa de bens do ativo imobilizado	17	195
Empréstimos com pessoas ligadas	(31)	(1.189)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**115**	**(908)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(17.363)	(9.532)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(5.892)	(11.756)
Pagamento de arrendamento	(277)	(273)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(23.532)**	**(21.561)**
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(1.536)	1.349
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.988	3.639
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.452	4.988
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(1.536)**	**1.349**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20 de abril de 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23 de agosto de 2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	308,5	–	08 de junho de 2016	08 de junho de 2051

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15 de abril de 2025. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 27 de abril de 2017 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. • **Alterações ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais/significativos para a Companhia. **2.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: (a) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta do Grupo aos potenciais impactos das mudanças climática concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa ("GEE"). A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. Como iniciativa possui metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável). **(b) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora – CRC 1SP 302.135/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Oh Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE 003.292/F-9
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA 040.103/O-0

ITOCHU Brasil S.A.

CNPJ n.º 61.274.155/0001-00 - NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de Dezembro de 2025

Data, Horário e Local: Em 03 de Dezembro de 2025, às 10:00 horas, em sua sede social, na Avenida Paulista, n.º 37 - 19º andar, Conjunto 191 e 192, Bela Vista, CEP 01311-902, na Capital do Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, dispensada a publicação de Editas de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4º, da lei 6.404/76. **Mesa Diretora: Presidente da Mesa:** Yoshihiko Ogura; Secretário da Mesa: Fumihiko Yamada. **Ordem do Dia: 01)** Aprovação do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas apurados no exercício de 2025; e **02)** Outros assuntos do interesse da sociedade. **Deliberações:** Foram aprovados por unanimidade de votos de todos os acionistas, com exceção dos legalmente impedidos: **01)** O pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, apurados no exercício de 2025 no montante bruto equivalente a R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais) e líquido de R$ 4.112.476,50 (quatro milhões e cento e doze mil e quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), sendo tal valor distribuído aos acionistas na proporção das ações possuídas, conforme quadro abaixo. Tal valor será colocado à disposição dos acionistas em conta própria, a partir desta data.

Acionista	Participação (%)** Valor aproximado	Juros sobre o Capital (Valor Bruto em Reais)	Alíquota IRRF %	IRRF (Valores em Reais)	Juros sobre Capital (Valor Líquido em Reais)
Itochu Corporation	99,996	4.699.812,00	12,5	587.476,50	4.112.335,50
Itochu Latin America S.A.	0,004	188,00	25	47,00	141,00
Total	**100**	**4.700.000,00**	**--**	**587.523,50**	**4.112.476,50**

02) Não foram tratados outros assuntos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 03 de Dezembro de 2025. **Yoshihiko Ogura** - Presidente da Mesa; **Fumihiko Yamada** - Secretário da Mesa. **Acionista: Itochu Corporation -** Por Procuração - Yoshihiko Ogura; **Itochu Latin America S.A. -** Por Procuração - Yoshihiko Ogura. Jucesp nº 013.773/26-4 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**